

“Não sou moleque”, desabafa Cabral

AGÊNCIA ESTADO
 “Não sou moleque. Isto está me parecendo trama de companheiros para tentarem me desmoralizar” — desabafou ontem em Brasília o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), diante das notícias de que o ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, o havia criticado no Palácio do Planalto por quebra de compromisso na elaboração do substitutivo da Comissão de Sistematização da Constituição, nas questões relativas à anistia dos militares e ao papel constitucional das Forças Armadas.

Apesar da reação indignada do relator, fontes credenciadas das Forças Armadas garantiram que, realmente, Cabral assumiu o compromisso de não incluir no substitutivo a emenda da anistia e de acatar emenda do deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), aprovada na comissão temática, definindo as atribuições das Forças Armadas. E deixaram subentendido que houve recomendação dos chefes militares para que fossem evitadas novas críticas a Bernardo Cabral, sob a alegação de que o trabalho da Constituinte ainda não terminou.

Cabral passou quase duas horas sentado no plenário, durante a sessão de ontem do Congresso Nacional, conversando com deputados e senadores. Ele evitou os corredores e os salões de acesso, para não falar com os jornalistas. A distância, os repórteres chamavam-no por gestos e lhe mandavam bilhetes pedindo declarações sobre as críticas atribuídas ao general Leônidas. Também por gestos, o relator mostrava que ficaria calado, só escutando. Mais tarde, comentou: “Tem hora de falar e de ouvir. Para mim, no momento a hora é de ouvir”.

Por volta das 17 horas, terminada a sessão do Congresso e antes de começar a reunião para debates de emendas populares, os jornalistas aproximaram-se de Bernardo Cabral, no plenário. Mostrando-se aborrecido, declarou que já tinha falado o que deveria falar, no aparte ao líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna (BA). Da tribuna, Sant’Anna desmentiu que o nome de Cabral tivesse sido mencionado na reunião de anteontem, no Palácio do Planalto. No aparte, o relator agradeceu o esclarecimento, afirmando não ter acreditado no noticiário.

“AMARGURA”
 Mais tarde, a O Estado e Jornal da Tarde, Cabral confessou sua “amargura” diante do que foi dito a seu respeito e revelou que havia permanecido no plenário na expectativa de

discursar, pedindo esclarecimentos ao governo sobre as notícias publicadas nos jornais de que teria sido acusado pelo general Leônidas de quebra de compromisso. Contudo, como Sant’Anna discursou falando no assunto, contentou-se com o aparte.

“Não acredito mesmo que o general Leônidas, meu amigo pessoal há mais de 20 anos, tenha feito esses comentários a meu respeito, falando em quebra de palavra, rompimento de compromisso. Ele me conhece bem e nós nos respeitamos” — desabafou com o repórter de O Estado e JT. Contou, depois, que de manhã, ao lerem os jornais, seus familiares também ficaram amargurados, tristes com “tanta incompreensão e falsidade”.

“Eles sabem os dias que passei e ainda vou passar sem dormir, trabalhando pela Constituição. Sou homem vivo, amadurecido, de caráter e de personalidade. Os compromissos que assumo, cumpro. Por isso, não acreditei na veracidade dos comentários atribuídos ao ministro do Exército” — comentou. Cabral reconheceu, contudo, que o noticiário da imprensa não foi inventado pelos jornalistas: “É claro que os repórteres ouviram aquelas versões de políticos, isso é que dói, ver companheiros nossos fazendo esse tipo de jogo rasteiro. Vamos em frente. Não é a primeira vez que fazem intrigas contra mim e contra o nosso trabalho”.

Durante todo o dia de ontem, os assessores parlamentares dos ministros militares ouviram muitas queixas e reclamações de constituintes de diferentes partidos pelas declarações atribuídas ao general Leônidas, que consideraram interferência indevida nos trabalhos da Constituinte.

“NEM CRISTO”

“Final, nem Jesus Cristo conseguiu agradar a todos. Os esquerdistas me chamam de conservador, os direitistas, de progressista” — o comentário, de Bernardo Cabral, desta vez foi feito em Vitória, após ter participado de um debate sobre os trabalhos da Constituinte. Confirmando sua declaração, imediatamente três parlamentares capixabas se manifestaram contra seu substitutivo: o senador Gerson Camata e os deputados Vasco Alves e Nyder Barbosa, todos do PMDB, que consideram o substitutivo “uma decepção”.

“A aprovação do parlamentarismo é a pior notícia para nós capixabas, porque ficaremos reduzidos a poucos votos, com nossa pequena bancada” — queixou-se Camata, classificando ainda de “confusa” a parte que trata da reforma agrária.



Alencar Monteiro

Cabral se isola no plenário da Constituinte para não receber imprensa. Esta não é hora de falar, mas de ouvir, explica.

Costa chama relator de traidor

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Entre as várias reações de parlamentares ouvidas ontem pelo presidente José Sarney sobre a advertência do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, aos trabalhos da Constituinte, uma delas chamou a atenção: o deputado José Costa (PMDB/AL), parlamentarista convicto, acusou textualmente o relator Bernardo Cabral de “irresponsável”, por ter traído o general, prometendo uma coisa e fazendo outra, e com isso comprometendo a imagem da Assembleia Nacional Constituinte. Sem condições para conduzir com isenção o cargo de relator da Comissão de Sistematização — sugeriu o deputado — Cabral “deveria renunciar”.

José Costa lembrou que na noite anterior à entrega do substitutivo ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o relator juntou com o ministro do Exército em sua residência. Nessa ocasião, prometeu preservar os interesses das Forças Armadas no texto que estava preparando, o que acabou não acontecendo ao inse-

rir a proposta de anistia aos militares cassados e sua consequente reintegração aos quadros. “Da mesma forma, prosseguiu o deputado José Costa, Bernardo Cabral firmou compromissos com Ulysses e frustrou-o. Ele quis agradar a gregos e troianos, acabou não agradando a ninguém.”

A preocupação do ministro do Exército, na opinião de José Costa, é justificável. O deputado disse que não se sentiu intimidado, porque não admite influências sobre a Assembleia Constituinte. Ele lembrou, porém, que o ministro Leônidas é parte do processo de redemocratização do País, tem compromisso assumido com o presidente eleito Tancredino Neves, e lamentou o fato de Cabral não ter levado isso em conta.

Ao deputado Aécio Cunha Neves (PMDB-MG), o presidente Sarney manifestou-se preocupado com a repercussão das palavras do ministro do Exército. Na opinião de Aécio, mesmo sem repetir as mesmas advertências do general, o presidente deixou implícita a concordância. “O presidente acha que o trabalho do relator Bernardo Cabral não repre-



Julio Fernandes

José Costa

senta o consenso da maioria na Constituinte”, afirmou Aécio.

O deputado, no entanto, acha que o presidente está aberto à negociação para a instituição de um regime presidencialista com os poderes do Congresso Nacional ampliados. “Um Congresso” — disse — “com poderes de deliberar sobre matérias econômicas e de veto a ministros de Estado”.

Sarney ouviu também a opinião do deputado Konder Reis (PDS-SC), relator da Constituição de 1987 e parlamentarista. Ele considerou precipitada a manifestação do ministro do Exército, lembrando que como os trabalhos da Constituinte ainda não foram concluídos, é cedo para dizer que estão recebendo influência preponderante da esquerda radical. “Isto não corresponde à realidade”, afirmou Konder Reis, acrescentando que o presidente Sarney, durante a audiência de 15 minutos, em nenhum momento pediu-lhe voto ou tentou reverter sua tendência pró-parlamentarismo. “O presidente apenas ouviu e no final comentou que precisávamos conversar mais”, concluiu.



Sergio Borges

Parlamentarismo, o tema de Leônidas e Luiz Henrique

Forças Armadas vão analisar o substitutivo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

As Forças Armadas começam a analisar a fundo, a partir de segunda-feira, o substitutivo do relator Bernardo Cabral, sobretudo os itens que dizem respeito diretamente aos militares, como as alterações introduzidas no seu papel constitucional. “Primeiramente, vamos avaliar o texto, para, depois, com uma posição de consenso, conversar com as lideranças políticas e tentar negociar”, anunciou o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima.

Os ministros militares — Leônidas Pires Gonçalves, Moreira Lima, Henrique Sabóia e Paulo Campos Paiva — almoçaram ontem na residência do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, juntamente com o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Luiz Henrique, Bonifácio de Andrade e Sandra Cavalcanti. O tema principal das conversas foi o sistema de governo previsto no substitutivo de Bernardo Cabral, o parlamentarismo, em torno do qual, segundo Arinos, não há discordância dos ministros militares.

“Eles não são contrários ao parlamentarismo, isso posso dizer com certeza”, garantiu Afonso Arinos. “Eles estão de acordo conosco que o presidente é uma peça importante neste processo de transição. Eles acham que o presidente é uma figura institucional, representativa neste processo e nós, parlamentaristas, também achamos isso”, acentuou.

Na verdade, o chefe do EMFA, general Paulo Campos Paiva, preferiu não dar opinião sobre o parlamentarismo, alegando ser este um assunto controverso e por isso não tem ainda posição firmada a respeito. Em contrapartida, o brigadeiro Moreira Lima considerou o parlamentarismo “a forma de governo mais avançada de uma democracia liberal” e só manifestou dúvidas quanto à “oportuidade” desse tipo de regime ser adotado no País agora. Também considerou temerária a realização de um plebiscito sobre o tema, uma vez que o parlamentarismo pressupõe partidos fortes e bem estruturados. Depois de admitir que o parlamentarismo o poder civil tem

preponderância sobre o poder militar, Moreira Lima foi enfático ao declarar: “A estabilidade de um país depende fundamentalmente dos partidos políticos e do governo, jamais das Forças Armadas, exclusivamente. Senão, estaríamos num regime militar”.

Embora o parlamentarismo tenha sido o motivo principal do encontro, “excelente e cordial”, segundo o brigadeiro Moreira Lima, os militares também ouviram explicações de Arinos sobre a modificação por ele introduzida no papel constitucional das Forças Armadas, ao excluir a expressão que transforma os militares em guardiães da lei e da ordem, deixando-os apenas responsáveis pela “garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da ordem constitucional”.

Apesar de preferir a fórmula antiga, Moreira Lima mostrou-se propenso a acatar a inovação do senador Afonso Arinos: “Não faz muita diferença, pois nos poderes constitucionais está implícita a lei e nós, militares, estamos dispostos a dialogar, pois temos um entendimento muito bom com os parlamentares.”

O ministro elogiou o poder de persuasão do senador Afonso Arinos e repetiu o que o constituinte já tinha dito anteriormente, em entrevista, ressaltando que esse tema foi apenas “referido” e não “debatido”. Arinos disse aos ministros militares que a tão requisitada “lei e ordem” é cópia de uma expressão do direito norte-americano, “law and order”, que quer dizer ordem jurídica e não lei e ordem. A seu ver, trata-se, no Brasil, de uma tradição viciada.

“Quem pode intervir num estado em que a Polícia Militar não resolve?”, questionou o chefe do EMFA, Campos Paiva insistiu em que os militares devem intervir no processo interno, a mando do presidente da República. Já no que se refere à anistia, pensa que qualquer decisão tomada pela Constituinte deve ser “assimilada pelos militares”.

“Fomos beber e comer luzes e ensinamentos do grande mestre”, comentou Moreira Lima sobre o almoço, concluindo: “Agora, acho que qualquer sistema é bom, dependendo apenas das condições de cada país”.

Para Cardoso, texto é outro

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso, admitiu ontem que o texto do dispositivo que disciplina o papel das Forças Armadas no substitutivo do deputado Bernardo Cabral (artigo 192) não é o mesmo aprovado pela subcomissão e comissão que tratou do assunto e contava com o apoio dos militares. Negou, no entanto, a existência de qualquer acordo com os militares sobre a questão, observando que havia apenas a concordância deles em relação a determinado objetivo que não consta do substitutivo do relator.

O vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, confirmou a versão de Fernando Henrique e disse que o artigo sobre o assunto que consta da proposta de Bernardo Cabral resultou de uma conversa do relator com os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), José Genoíno (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ) e o senador Jamil Haddad (PSB-RJ). Como Fernando Henrique, ele negou a existência de acordo com os militares, observando apenas que o texto resultante dos entendimentos não é o que consta do substitutivo.

Fernando Henrique procurou amenizar as declarações do general Leônidas sobre a Constituinte, na reunião do Ministério, quinta-feira, e negou que o ministro do Exército tenha considerado inaceitável o substitutivo de Bernardo Cabral.

Linhares está com Leônidas

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

“Eu faço minhas as palavras do ministro e julgo que ele foi muito oportuno no seu pronunciamento, porque há necessidade de que, efetivamente, nós tenhamos uma Constituição para o Brasil de hoje e do futuro, que exprima a vontade de nosso povo e não a vontade distorcida de uma pequena minoria que não está identificada com o pensamento geral de nosso povo.” A afirmação é do general Ivan Linhares, comandante militar da região Sudeste, ao analisar as declarações do ministro do Exército.

Linhares, no entanto, afasta a possibilidade de um retrocesso institucional devido a ação das minorias radicais.

“O ministro do Exército falou muito bem. E preciso que uma minoria que se habituou a falar sozinho, entenda que democracia é isto: que outros tenham o direito de falar”, disse o comandante do 4º Comar (Comando Aéreo) de São Paulo, brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro. O brigadeiro pondera que a atuação da minoria pode prejudicar os trabalhos da Constituinte, mas não acredita que o “clima atual” possa levar a uma convulsão.

Com relação à anistia aos militares, as opiniões de ambos os militares ouvidos coincidem. “A anistia já foi concedida de forma ampla e creio que é um assunto ultrapassado”, disse o comandante do Sudeste.

Antônio Carlos diz que anteprojeto é perigoso

RIO AGÊNCIA ESTADO

“Teremos problemas graves” no País se esse anteprojeto de Constituição for aprovado da forma que está. A declaração foi feita ontem pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, após palestra na Escola Superior de Guerra, no Rio, ao apoiar o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que disse ser o texto apresentado pelo relator Bernardo Cabral obra de uma minoria radical.

Segundo Antônio Carlos Magalhães, o projeto foi feito “ataalhadamente, de maneira irracional”. “Você vê: para explorar minas tem que pedir licença ao índio, que por sua vez é tutelado pela Funai. Isso é uma barbaridade.” O ministro atacou o senador Fernando Henrique Cardoso e criticou a hegemonia de parlamentares de São Paulo na Constituinte. Fernando Henrique garantiu que não era uma minoria, pois representava seis milhões de votos. O ministro foi duro na resposta: “Isso é um jogo de palavras que não faz jus à inteligência do meu amigo Fer-

nando Henrique Cardoso. Se fôssemos de São Paulo e não do Nordeste também teríamos igual votação”.

Falando sobre a influência de São Paulo na Constituinte, o ministro também foi incisivo: “São Paulo é um Estado que merece todo o nosso respeito e da Nação pelo seu trabalho. Mas em se tratando de Constituinte, não há dúvida que os paulistas puxam muito para o seu lado. O Fernando Henrique é paulista, o Mário Covas é, o presidente Ulysses Guimarães também, assim como o seu assessor Miguel Reale Jr”.

O ministro não considera o ataque feito pelo general Leônidas Pires Gonçalves como uma intromissão militar. Para Antônio Carlos Magalhães, foi importante o ministro do Exército se definir, para evitar que militares, seus subordinados, sejam depois contra a Constituição: “Eu acho que essas questões polêmicas serão resolvidas pela maioria. Só que o consenso não é a arma utilizada no relatório do doutor Bernardo Cabral. Ele é fruto de algumas minorias que foram derrotadas em suas próprias comissões e subcomissões”.

Covas, mais moderado

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, adotou, ontem, tom moderado para comentar as declarações do ministro do Exército, na reunião ministerial de quinta-feira. O parlamentar considerou a manifestação como individual do ministro Leônidas Pires, identificada, em parte, com posições do presidente José Sarney, não somente sobre a anistia, mas também com relação à expressão da maioria governista na Constituinte.

Apesar disso o senador por São Paulo acentuou que os partidos não devem, necessariamente, reproduzir o pensamento do governo na Constituinte, sendo natural que haja divergências e o fato de não haver sintonia absoluta entre os partidos que formam a Aliança Democrática. Ele lembrou que os constituintes foram eleitos para elaborar a nova Carta, tendo cada um deles a consciência da responsabilidade do seu trabalho.

Observou, no entanto, que o Brasil é uma sociedade pluralista, com liberdade partidária, sendo natural que essas agremiações tentem se fazer representar na Constituinte. Para o senador paulista, teria havido menor repercussão se o ministro que falou não fosse o do Exército, mas admitiu que, tanto ele como o presidente da República, têm o direito de se manifestar sobre as questões em exame na Constituinte.

“Não significa risco de golpe”

Os governadores nordestinos presentes ontem à reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, no Recife, reagiram com naturalidade às declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, com relação à Constituinte. “Precisamos aprender a ver as declarações do ministro do Exército como as de um outro ministro qualquer. A exposição de uma opinião política não significa ameaça de golpe”, disse o governador do Ceará, Tasso Jereissati.

O governador da Bahia, Valdir Pires, afirmou que “a Constituinte é soberana”, enquanto destacava a necessidade de que devem ser esvaziadas as tensões decorrentes de pronunciamentos de ministros de Estado entre os constituintes. “Não é possível que a democracia se sinta ameaçada pela declaração de um cidadão”, retrucou o governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo. Já Fernando Collor de Melo, de Alagoas, disse que devido ao clima de insegurança que se cria entre os políticos e na sociedade A cada declaração dos ministros militares, é aconselhável que estes não saiam da órbita administrativa e não comentem os aspectos políticos. E esclareceu que a “síndrome do golpe” ainda existe, mas um golpe é algo praticamente inviável.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, pensa diferente do ministro do Exército: “Sou favorável à anistia para todo mundo.”

Para liberais, pressões são naturais nesta fase

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Todos os setores da sociedade buscam ocupar espaço nesta fase importante da elaboração do projeto de Constituição e, por isso mesmo, as pressões precisam ser consideradas normais, mesmo a do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. O mais importante, no momento, é evitar o confronto e continuar o trabalho constitucional sem medo e sem comprometimento com grupos.

Esta foi uma das conclusões do grupo liberal da Comissão de Sistematização, que se reuniu ontem na sede da Fundação Getúlio Vargas, em Brasília. Cerca de 40 senadores e deputados observaram que o lobby existe, tem de ser considerado normal, e vem de todo lado: da direita, do centro, da esquerda, e de setores como o militar, dos mineradores e dos produtores.

Segundo informou o deputado Renato Vianna (PMDB-SC), a reunião serviu também para um estudo comparativo entre o substitutivo do deputado Bernardo Cabral e o proje-

to Hércules. O fato de terem sido aprovados 139 artigos deste foi considerado positivo pelo grupo que, entretanto, continua insatisfeito com algumas definições e apresentará emendas ao substitutivo.

O fato de a educação ter perdido no substitutivo um percentual do orçamento foi considerado retrocesso. Pelo projeto, constará dos planos plurianuais e os recursos serão aplicados pelos estados e municípios. Os liberais vão unir-se para derrubar tal definição, de modo a que o setor consiga recursos maiores. Eles também criticaram o fato de o assunto ter sido colocado nas disposições transitórias do texto.

Na questão da reforma agrária, os liberais não aceitaram o tratamento dado à imissão de posse. Inicialmente, condenaram o verbo deferir, argumentando que o juiz que tratar da matéria precisará decidir. Além disso, ficaram contra a imissão 90 dias após a desapropriação, de forma automática, por entenderem que ficou consagrada aí uma espécie de decurso de prazo, isto é, vencido um período, com ou sem apreciação, a posse estará garantida.